

ENCONTRO DE SABERES: DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ À PARTICIPAÇÃO EPISTÊMICA

JUAREZ PEREIRA, MAX FELIPE, ALCIDES FERNANDO E WAGNER YOSHIZAKI

ENCONTRO DE SABERES: DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ À PARTICIPAÇÃO EPISTÊMICA

MEETING OF KNOWLEDGE: FROM CITIZEN PARTICIPATION TO EPISTEMIC PARTICIPATION

JUAREZ PEREIRA FURTADO¹

jpfurtado@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6605-1925>

MAX FELIPE VIANNA GASPARINI²

maxgasparini89@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5574-9719>

ALCIDES FERNANDO GUSSI³

alcidesfernandogussi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5510-5286>

WAGNER YOSHIZAKI ODA⁴

wagner.oda@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3043-6396>

Resumo

Dois casos envolvendo ações com mestres e mestras são apresentados e analisados com base no referencial do Encontro de Saberes. Esse referencial guiou as intervenções nos dois casos e respectivas análises do ponto de vista ético,

¹ Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares e Interepistêmicos em Saúde Coletiva da Unifesp. Com interesses em três temáticas distintas e convergentes: a área de políticas e gestão na saúde coletiva; em epistemologia e no Encontro de Saberes.

² Doutor em Ciência pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), é mestre em saúde coletiva pela Universidade de São Paulo (USP), no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde integra o Laboratório de Estudos e Avaliação de Programas e Serviços em Saúde.

³ Professor do Departamento de Estudos Interdisciplinares e professor permanente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará- UFC. Pós-doutorando no Programa Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

⁴ Graduação em terapia ocupacional pela Ufscar, Mestrado em Saúde Coletiva pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. Atualmente, doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Unifesp. Terapeuta ocupacional na Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista. Membro do Laboratório Interdisciplinar e Interepistêmico de Saúde Coletiva da Unifesp e do grupo de pesquisa Discurso e Arquivo da UFRGS.

político e metodológico. Ambos os casos se deram na interface entre os saberes tradicionais e acadêmicos (e respectivas epistemes). A análise de uma Quitanda Solidária e da oferta de disciplina de pós-graduação com mestre e mestras, indicam complementaridades e diferenças entre a participação cidadã (no plano político) e a participação epistêmica (no plano da produção de conhecimentos), a considerar efetivamente nos processos participativos voltados para a emancipação.

Palavras-chave: Encontro de Saberes. Epistemologia. Participação. Notório saber.

Abstract

Two cases involving actions with masters are presented and analyzed based on the Meeting of Knowledge framework. This framework guided the interventions in both cases and their respective analyses from an ethical, political, and methodological standpoint. Both cases occurred at the interface between traditional and academic knowledge (and their respective epistemes). The analysis of a Solidarity Market and the offering of a postgraduate course module with masters indicates complementarities and differences between citizen participation (in the political realm) and epistemic participation (in the realm of knowledge production), which should be effectively considered in participatory processes aimed at emancipation.

Keywords: Meeting of Knowledge. Epistemology. Participation. Acknowledged Higher Knowledge.

Poderíamos iniciar este artigo indagando se o adjetivo “participativo”, que caracteriza certas práticas de produção de conhecimento, denunciaria aquilo que é fundante em outros modos de investigação, qual seja o necessário distanciamento entre sujeito cognoscente e seu objeto a ser conhecido, a dicotomia objetividade/subjetividade e a suposta neutralidade do pesquisador, entre outros. Constituiria a participação em pesquisas, nas chamadas pesquisas avaliativas, em aulas expositivas e outras iniciativas, uma espécie de apontamento das contradições dos outros modos de conhecer, indicando um caminho radicalmente alternativo e mesmo transformador e emancipatório? Ou, por outro lado, a participação constituiria um referencial de outro nível, uma espécie de farol da ética a guiar pesquisadores na aproximação, compreensão e intervenção na realidade social, constituindo um valor em si? Finalmente, poderia a participação, ao se desdobrar, avançando de seu plano inicial e eminentemente político em direção ao plano da produção de conhecimentos, dar ainda outro passo rumo à especial interação entre diferentes epistemologias? No presente artigo, desenvolvemos discussões em torno desta última questão a partir de algumas experiências em torno do referencial do Encontro de Saberes (ES), buscando também considerar o compromisso radicalmente transformador da participação – implícito na primeira pergunta.

A noção de participação está intrinsecamente ligada à ação e à prática. Afinal, se toma parte de algo para, mais do que opinar, influenciar e provocar mudanças naquilo que se tornou objeto de participação. Nesse contexto, falamos de um sujeito que não se restringe à esfera individual e particular, mas de um sujeito social cujas características são oriundas das relações estabelecidas em torno dele, a partir da posição ocupada no espaço social e nas incontornáveis relações com os demais sujeitos. Então, quando falamos de participação, faz sentido indagar sobre as relações que esses sujeitos estabelecem com a ação e com a prática, e potenciais transformações daí advindas.

Ações e práticas não são atributos exclusivos da vontade racional individual e plenamente estabelecida no projeto dos agentes, nem seriam

a resultante exclusiva dos constrangimentos e limites estruturais de dada sociedade. Aqui, nos encontramos na tensão entre a vontade deliberada (a chamada “agência”), dependente da escolha e determinação de pessoas ou grupos, e a estrutura, compreendida como um sistema abrangente e profundo que seria determinante na capacidade de ação. Trata-se de situar, neste ponto, a chamada “virada praxiológica” nas ciências sociais, na segunda metade do século 20, que localiza nas “práticas” um locus fundamental da existência do mundo social, o que levou o sociólogo Gabriel Peters (2020) a identificar uma ontologia radicalmente processual do mundo social em autores diferentes como Bourdieu, Giddens e Latour. Nesse esforço de síntese, Peters situa o entendimento da prática como algo avesso tanto à redução individualista quanto à reificação coletivista. Nessa perspectiva, se concebe tanto a construção do indivíduo pela sociedade quanto a construção da sociedade pelo indivíduo, fazendo da noção de prática o encontro entre os agentes socializados, de um lado, e os ambientes estruturais legados pela história em que eles estão imersos, do outro.

O destaque dado a essa interação dialética entre indivíduo e sociedade é importante na discussão sobre participação, pensada sobretudo como um processo transformador. Para além do desenrolar processual da história e de mudanças estruturais das forças produtivas, concebe-se a capacidade de agência dos atores sociais que, ainda que constituídos a partir de matriz social internalizada e não escolhida, apresentam potencial para interferir e modificar essa mesma matriz (Bourdieu, 2010). É nessas brechas e frestas da ação que se apresentam espaços para uma participação compromissada com a mudança e a transformação, seja em pequenas iniciativas locais, no plano microssociológico, seja em grandes projetos nacionais, como ilustram algumas das Conferências Nacionais de Saúde (ainda sob os ecos da ditadura empresarial-militar), que foram decisivas na constituição do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos anos 1980, no campo político em nosso país, o ideário participativo, caracterizado até então como popular, ligado a

reivindicações de melhor distribuição da riqueza, sofre modificações, assumindo a chancela de participação cidadã. Para Lavallo (2011), essa mudança de *popular* (outrora vinculada aos pobres e a uma posição de classe) para *cidadã*, conferida à participação, seria oriunda de estratégia utilizada para ampliar a adesão de mais segmentos sociais, quando ela passa a adquirir matizes de caráter mais universalizante, condizente com o espaço ultradiversificado de disputas na Assembleia Nacional Constituinte brasileira da época. Como afirmado literalmente pelo autor, “o ideário participativo adquiriu feições mais abstratas e foi consagrado, em 1988, como direito do cidadão para além da participação eleitoral” (Lavallo, 2011, p. 35). Na participação cidadã, a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e dá lugar à noção de sociedade. A participação cidadã buscará a universalização dos direitos sociais e uma relação mais direta possível com a definição e o atendimento de prioridades com base em políticas públicas oriundas de um debate também público.

A participação, ainda que tendo o seu *locus* privilegiado no campo político, é objeto de formulações e práticas também no campo científico, assumindo o papel de referencial na produção do conhecimento, por meio de reflexões de ordem ontológica e epistemológica que, frequentemente, se desdobram em propostas metodológicas de autores ligados à chamada pesquisa participante ou agrupados sob a noção de pesquisa militante. Bruno Bringel e Renata Versiani Varela (2016) chamam de pesquisa militante um campo de teorizações e ações profundamente vinculado à realidade latino-americana, caracterizado pela produção de conhecimentos que aliam reflexões críticas e teóricas com as práticas das lutas populares, juntando intelectuais, pesquisadores e movimentos sociais, e expressos em trabalhos de expoentes como Orlando Fals-Borda e Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Michel Thiollent, entre outros. A noção de pesquisa militante seria uma espécie de manto sob o qual se encontram várias combinações possíveis entre o binômio pesquisa e ação, com evidente presença do marxismo e de matrizes do pensamento de resistência latino-americana de

trabalhadores, camponeses, negros, mulheres, indígenas e clérigos, entre outros.

Segundo autores que compartilham a perspectiva participativa de produção de conhecimento, a pesquisa convencional e hegemônica representaria um polo no qual se detém o conhecimento e a correlata concentração de poder, e, noutro, estariam aqueles alijados do processo de acesso e produção do conhecimento e, igualmente, destituídos de capitais que lhes permitam alçar e/ou concentrar poder, em regra ocupando o lugar de objetos de investigação ou fontes de informações de interesse de acadêmicos (Demo, 2004; Brandão, 2006). Compreendemos que tal perspectiva parte do pressuposto de que grupos e classes submetidos ao trabalho alienado, despossuídos dos próprios produtos, da própria história, ou seja, oprimidos, tornam-se, conseqüentemente, destituídos do conhecimento, cabendo ao pesquisador de origem acadêmica o compromisso de estabelecer meios de conscientização e, a partir daí, promover a transformação e o resgate do ser humano em sua essência.

Entendemos que a perspectiva do Encontro de Saberes insere novos elementos na discussão sobre participação e na produção de conhecimento ao evitar equivaler indivíduos ou comunidades oprimidas a uma restrita posse de conhecimentos. Nas palavras de José Jorge de Carvalho (2020, p. 45),

Podemos também, neste ponto, explicitar nossas proximidades e diferenças com a proposta da Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. (...) Nessa pedagogia, os alfabetizadores estão de um lado e os alfabetizados, do outro lado. Apesar do respeito do educador freireano pelo horizonte de vida do adulto analfabeto que será alfabetizado, não resta dúvida de que a mestria é colocada no polo do educador, que passou por um treinamento para alfabetizar o adulto em uma perspectiva de ajudá-lo a libertar-se de uma compreensão tida por nós como limitada e errônea do mundo.

Para o ES haveria uma perspectiva epistemológica dos povos originários e afrodescendentes deliberadamente negada no processo colonizador e seus desdobramentos, que já foi caracterizada como colonialidade do saber (Quijano, 2005), refletida e aprofundada no

processo de implementação das universidades na América Latina. A perspectiva epistemológica e política do ES permite agregar à noção de participação cidadã (Lavalle, 2011) – calcada em princípios democráticos de sujeitos considerados iguais em seus direitos – outra camada permeável à consideração de um sujeito epistêmico, portador de radicais diferenças nos modos de conhecer e de gerar conhecimentos, inserido em outros e variados contextos além da academia tradicional.

O ES promove uma ruptura epistêmica com a entrada de mestres e mestras no espaço institucional acadêmico. Mestres e mestras cujas biografias confirmam assídua dedicação à pesquisa eminentemente transdisciplinar (se utilizadas as nossas referências para pensar as relações entre disciplinas), ampliando conhecimentos ancestrais herdados e atualizando-os nos diferentes contextos e casos, assumindo a missão de ensinar e formar novos mestres. É característica dos mestres e mestras uma profunda relação com os seus territórios (Ferreira, Felício, 2021; Babau, 2022) calcada em uma visão própria do mundo (Pataxó, 2022), referida por José Jorge de Carvalho (2020) como “epistemologia do cosmo vivo”. Tais mestres podem ser comparados aos nossos catedráticos, frequentemente fazendo jus ao reconhecimento desse acúmulo por meio do título de doutores por notório saber em nossas universidades (Carvalho, Viana, 2020), no interior das quais colaboram na superação da estruturação monoétnica, monocultural e monoepistêmica das mesmas (Carvalho, 2016).

Além da ruptura epistêmica, o ES representa também uma ruptura pedagógica (Ribeiro, 2021) (ao inovar com os modos de ensinar dos mestres e mestras que também impõem novas formas de estruturar e conduzir os trabalhos em sala de aula); ruptura étnico-racial (a maioria dos mestres e mestras é oriunda de quilombos, aldeias e demais povos tradicionais); ruptura linguística (tanto no uso de diferentes idiomas quanto na relação revisitada com a escrita e a oralidade em português); e consequentemente levando a rupturas de ordem política e institucional (Carvalho, 2020). Nesse sentido, e fazendo correlações com a temática de nosso interesse neste artigo, o ES parece retomar aspectos ligados às

categorias de comunidade e povo, relativizadas a partir do advento da concepção de participação cidadã, além de ampliar o debate político agregando questões do âmbito dos modos de conhecer e produzir conhecimento, no enfrentamento ao chamado racismo e à injustiça epistêmicos (Fricker, 2023) e abrindo possibilidades de repensar os modos de colaboração para a produção de conhecimento que levem em conta diferenças de ordem epistêmica. O ES, por fim, é estratégico para o que se pretende neste artigo, qual seja, alargar o sentido transformador da participação política rumo a uma participação epistêmica, que leve em conta a interação entre diferentes epistemologias, numa perspectiva pluriépistêmica de produção de conhecimentos.

Metodologia

O trabalho aqui apresentado pode ser compreendido como um estudo de caso (Gomes Neto, 2024) que usa o ES como referencial teórico e metodológico. Considerando que o ES permite redimensionar os sentidos da participação, nossa investigação centra-se nos resultados e análises advindos de uma pesquisa mais geral chamada “Participação e diversidade: a construção inclusiva e pluriépistêmica da Saúde Global”, empreendida junto a povos e comunidades tradicionais, nos seus respectivos territórios, todos eles integrantes da Teia dos Povos. Constituiu o eixo dessa pesquisa mais geral a contraposição entre questões locais e aquelas de caráter global impostas pela pandemia e seus modos de enfrentamento em escala mundial. A partir daí, desdobraram-se alguns trabalhos de campo, sendo que dois deles – a experiência das Quitandas Solidárias (QS) e a oferta de uma disciplina de pós-graduação composta por mestres e mestras na perspectiva do ES – serão aqui retomados de modo sintético, privilegiando aspectos de interesse para o que vem sendo discutido neste artigo. Para o aprofundamento de outros aspectos mais específicos dos referidos casos, remetemos o leitor às respectivas publicações (Furtado et al., 2024a, 2024b).

Ao abordar modos de conhecer em uma perspectiva epistemológica e pluriepistêmica, diferentemente de referenciais que não tratam de temas epistemológicos, o ES pode transbordar para os outros níveis do fazer científico, constituindo um instrumental metodológico, guiando os modos de interação entre os envolvidos no chamado trabalho de campo. Assim, o ES produz direcionamentos principalmente na forma de escuta – entendida como a capacidade de estabelecer uma interlocução permeável e atenta com o entorno, sendo a um só tempo afetiva e ética. O ES nos tornou predispostos a perceber não só o que era dito pelos interlocutores como também as vias por meio das quais seus “dizeres-saberes” eram elaborados e constituídos e, portanto, a captar diferentes epistemes envolvidas – as chamadas epistemologias de fronteiras, como foi observado nos trabalhos de campo a ser apresentados, nos quais coexistem o conhecer, o sentir e o fazer inseridos em uma resistência histórica e conflituosa (Mignolo, 2017).

O ES nos possibilita também evitar o caminho, a nosso ver restritivo, da formalização de discursos para ser submetidos a certa e exclusiva hermenêutica, oriunda da posição unilateral do que tradicionalmente se concebe como sendo o grupo de pesquisadores. Diferentemente disso, nos interessava estabelecer as melhores comunicação e identificação possíveis dos modos de conceber os problemas (tanto práticos quanto políticos e filosóficos) e de formular reflexões e intervenções oriundas das cosmovisões próprias – e que balizaram a escolha dos dois casos. As QS foram abordadas nessa perspectiva de apreensão das bases epistêmicas que as inspiraram e conduziram, o que acabou sendo potencializado e validado por meio da participação de dois líderes pescadores na própria redação do manuscrito sobre a experiência e que foi, recentemente, aprovado para publicação (Furtado et al., 2024a). No caso da disciplina, no programa de pós-graduação, a interação com cosmovisões distintas se deu pelo contato direto entre os estudantes e os mestres e mestras convidados(as).

Essa busca de proximidade e interação com epistemologias diferentes é relativamente fácil de justificar, mas sua efetiva

implementação nas pesquisas, em geral, e naquelas de cunho antropológico, em particular, não são frequentes, apesar das muitas alternativas existentes. Por isso, a observação de Clifford Geertz, de que o etnógrafo se move num campo de gêneros disciplinares difusos e imprecisos, teve sua atualidade ressaltada por José Jorge de Carvalho (2001) diante da vastidão de possibilidades de compreensão do campo cultural. Nesse universo, o olhar do “primitivo” sobre si e seu entorno – concebido como imediato, direto e não reflexivo – coabita com outras perspectivas o interior da antropologia, ao longo da constituição desta última, como na crítica da própria autoridade etnográfica (Clifford, 1998). Segundo Carvalho (2001), tais críticas, no entanto, ainda não afetaram questões essenciais desse campo de conhecimento e pesquisa, sustentando que a relativização do lugar e do papel do etnógrafo não tem sido suficiente para provocar mudanças substanciais na área – que segue impermeável à compreensão do Outro em sua totalidade e privilegiando diferentes e restritivos recortes.

Resultados – os dois casos

Caso 1 – A solidariedade como política nas Quitandas Solidárias

A Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável Reserva Extrativista de Canavieiras (daqui para frente referida como Resex) fica no litoral sul da Bahia e compõe a Teia dos Povos (uma coalização de movimentos populares presente no estado da Bahia). Resultantes da militância e do visionarismo dos seringueiros liderados por Chico Mendes, as Resex representam iniciativa de garantia dos meios de subsistência de dada população tradicional e sua cultura. A proposta supera o protecionismo dos parques nacionais, possibilitando o uso do território e seus recursos pelas comunidades que justamente foram responsáveis por sua preservação (Costa, 2018). A Resex Canavieiras foi criada em 2006, com 100.650ha de área, nos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, sendo 83,65 mil hectares marinhos e 17 mil hectares continentais, estes últimos

compostos por extensa área de manguezais (8 mil hectares), restinga (5 mil hectares) e Mata Atlântica (4 mil hectares). Como se pode imaginar, os extensos recursos naturais dessa Unidade de Uso Sustentável são objeto de disputa entre 2.400 famílias distribuídas em 15 núcleos e a especulação imobiliária, mais o agro e o hidronegócios, continuamente em expansão (Pereira, Oliveira, Costa, 2017). Cada uma dessas comunidades, no interior da Resex, se organiza por meio de associações comunitárias locais que, por sua vez, formam a coalizão chamada Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras, a Amex, criada em 2009. Esta última participa da gestão da Resex por meio de assento em seu Conselho Deliberativo.

A ação da Quitanda Solidária insere-se em um conjunto anterior de iniciativas lideradas pela Amex frente a problemas ambientais e sanitários. Dentre eles, destacamos a retirada de 40 toneladas de óleo em alto mar e nas praias locais, em outubro de 2019, em razão do derramamento de petróleo ocorrido na costa brasileira. Igualmente, a atuação coordenada pela Amex foi decisiva frente às grandes enchentes do sul da Bahia, em dezembro de 2021. Nos dois episódios, a Amex captou e distribuiu recursos e prestou socorro às pessoas diretamente afetadas, trabalhando simultaneamente sobre questões sociais e ambientais.

Com 32 mil habitantes, o município de Canavieiras apresentou 1.570 casos confirmados de covid-19 e 75 óbitos, entre março de 2020 e dezembro de 2021 (Brasil, 2023). A QS se configurou como uma das formas para fazer frente às necessidades de alimentação e, ao mesmo tempo, de distanciamento social dos moradores. Conforme informativo da Amex, as QS representavam a

ação de resgate e incentivo à *troca e empréstimo solidário* de alimentos nas *Comunidades Extrativistas* afetadas pela dificuldade de comercialização dos pescados e mariscos ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus. Tem por objetivo complementar a *soberania alimentar* das *famílias extrativistas* enquanto durar a pandemia. Para isso, com o apoio de doadores, serão adquiridos gêneros alimentícios não perecíveis (arroz, feijão, café, açúcar...) para iniciar um processo de troca nas comunidades tendo como principais produtos de troca os pescados dos extrativistas. *A base dos valores dos produtos para troca será de forma justa, não tendo objetivo de lucro* (Fonte: arquivo particular, grifos nossos).

A QS foi implementada em cinco das 15 associações existentes, funcionando nas respectivas sedes, entre julho de 2020 e novembro de 2021, diariamente, das 8h às 11h, beneficiando 1.600 pessoas ao longo de todo esse período. O que nos chamou particularmente a atenção, nessa iniciativa, foi a articulação de respostas simultâneas às necessidades sanitárias, sociais, econômicas e ambientais. Por meio das QS foi resgatada e priorizada a Moex (moeda social do Banco Comunitário da Amex), conferindo forte componente da Economia Solidária à proposta. Além disso, as quitandas eram organizadas e conduzidas, em seu dia a dia, por jovens afastados da escola, que recebiam uma pequena bolsa, promovendo ocupação de parte da juventude e, segundo as lideranças ouvidas, criando oportunidade de formação política (40 estudantes passaram pela experiência, no período). Boa parte dos recursos das QS veio do remanejamento de outros financiamentos recebidos pela Amex, que adquiria os alimentos junto a atacadistas e os vendia sem margem de lucro para as QS. Além disso, trocaram-se pescados por alimentos produzidos em um assentamento vizinho, expandindo a oferta e qualidade de alimentos nas QS e enriquecendo a alimentação dos assentados.

A experiência das QS é significativa como forma de apreensão das dinâmicas de interação epistêmica, orientada pelo referencial do ES. As QS mostraram a capacidade de articular promoção e prevenção em saúde a aspectos socioeconômicos e ambientais – na prática – calcados em uma cosmovisão que integra vários níveis da sociedade e ecossistema na qual se encontram, com princípios de autonomia e baseada em saberes ancestrais e atuais, conferindo capacidade ímpar de espelhar as bases éticas e epistêmicas que podem ser traduzidas em ações concretas por uma comunidade tradicional.

Conforme afirmamos em outro momento, “É de certos locais e mundos em si, comprometidos com modos solidários de existência, que poderão desaguar alternativas criativas e eficazes, como abordado aqui, e consonante ao que povos originários e a diáspora africana vêm demonstrando há mais de quinhentos anos, no caso latino-americano”

(Furtado et al., 2024a, n.p.). Esses povos seguem cultivando suas formas de conhecer e mantendo sistemática resistência, nutrindo a ativa esperança de “alcançar um dia em que o Estado brasileiro reconheça mais valor a uma área que acolhe cem famílias produtivas do que àquela usada por um empresário e suas 10 mil cabeças de boi”, conforme afirmado por um dos líderes entrevistados.

Caso 2 – Uma disciplina baseada no Encontro de Saberes na pós-graduação

A disciplina foi composta por nove encontros com duração de duas horas e meia cada, por meio de plataforma digital *online*, para 19 pós-graduandos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde do Instituto Saúde e Sociedade da Unifesp, totalizando 45 horas, entre maio e junho de 2023. O tema da disciplina foi os modos de enfrentamento da pandemia de SARS-CoV-2 pelas comunidades ali representadas por seus respectivos mestres. Assim, cada um dos sete convidados de diferentes inserções e saberes ministrou separadamente a sua aula, na qual expôs suas visões de mundo e sobre a própria pandemia, bem como os meios utilizados por suas comunidades para fazer frente ao problema. Dos mestres convidados, dois eram quilombolas, um líder de reserva extrativista de pesca artesanal, um assentado da reforma agrária e agroecologista, dois líderes indígenas tupinambás e uma raizeira. Conforme preconizado, eles receberam *pro labore* pelo trabalho desenvolvido.

Embora haja alguns trabalhos que abordam a interface entre o ES e diferentes aspectos acadêmicos e institucionais do campo da Educação (Carvalho, 2021), extraímos da disciplina, em um primeiro momento, as repercussões nos estudantes do contato direto com mestres e mestras no transcorrer do curso. Cada uma das aulas foi antecedida por visita, de nossa parte, a cada um dos territórios dos mestres convidados, quando se estabeleceram conversas sobre a futura aula e foram feitos registros em vídeo. Estes últimos foram posteriormente editados e tomaram a forma de pequenos documentários que antecederam a exposição de cada

mestre, constituindo uma forma de apresentar, mesmo que minimamente, os territórios de origem de cada um deles. Do ponto de vista acadêmico, a disciplina contava com dois docentes da universidade, responsáveis pelos aspectos formais e pela articulação dos encontros entre si.

Por meio das justificativas iniciais dos estudantes para o ingresso na disciplina, da discussão inicial de expectativa em relação a eles e, ao final, de um grupo focal com a turma de alunos, foi constituído um *corpus* para análise do processo. O grupo focal procurou extrair as impressões e as repercussões tanto no plano pessoal quanto naquele ligado às instâncias profissionais e do trabalho de pesquisador, oriundas do contato direto com apresentações e discussões calcadas em perspectivas epistêmicas diversas daquelas às quais os pós-graduandos tinham acesso normalmente.

Para o que nos interessa na apresentação sintética desse caso, podemos afirmar que o encontro entre diferente epistemes, por meio do ES, possibilitou aos pós-graduandos: relativizar a noção de ciência como instância única e uniforme; experienciar pedagogias características dos mestres e mestras, que têm em comum a proximidade entre o fazer e o falar/expor e uma interação permeada de uma afetividade, em geral ausente nas disciplinas comuns. Destacamos, no entanto, um efeito simultaneamente de ordem política e subjetiva: a expansão da gramática subjetiva de alguns participantes revelada na evocação de saberes que se mantinham ainda presentes mas que eram negligenciados nas respectivas famílias. Foram vários os relatos de retomadas de temas e saberes perdidos na memória, junto aos pais, tios e avós, numa busca de certa ancestralidade presente, mas, por algumas razões, minimizada até então e que parece refletir o alijamento desses mesmos saberes ao longo da história de colonização de nosso continente, conforme já afirmado, mas que foram retomados a partir do contato direto com mestres e mestras em sala de aula.

Discussão

Não é incomum que a participação na produção de conhecimentos, por parte dos chamados não especialistas, seja abordada, numa perspectiva avaliativa, com base tanto na amplitude quanto na diversidade representativa dos grupos ou segmentos sociais participantes e no grau em que estes influenciaram a trajetória da investigação (Furtado, Tesser, Serapioni, 2022; Cousins, Whitmore, 1998). Nessa perspectiva, o papel e o formato atribuídos às iniciativas participativas em pesquisa são analisados com base nas noções de representatividade e poder, aproximando-se dos critérios utilizados para caracterizar a participação cidadã, como na conhecida escada de Arnstein (1969) ou de expressões congêneres, como amplitude e profundidade, já citadas e reiteradas por Baron e Monnier (2003) ao aplicá-las a um tipo particular de pesquisa (a pesquisa avaliativa). Arnstein (1969) utiliza a metáfora de uma escada, cujos oito degraus vão do polo da não participação àquele do poder cidadão, passando pela fase intermediária do que ela chama de “tokenismo”, constituindo bases para a sua conclusão de que “participação cidadã é poder cidadão”.

Nesse contexto, e ainda que Lavalle e Vera (2015) indiquem que a polarização estabelecida entre representação e participação tenha sido reposicionada nas teorias da democracia mais recentes em favor de uma perspectiva de pluralização da representação, consideramos que as concepções de participação que podemos depreender dos critérios usados para caracterizar processos participativos parecem ainda insuficientes e mesmo inadequadas para uma abordagem de práticas que visam ao enfrentamento do racismo e da injustiça epistêmicos que caracteriza os dois casos apresentados.

Considerando válida para a participação, no campo científico, a afirmação de que “conhecer é poder”, conforme o sociólogo Pedro Demo (2004), devemos então enfrentar a incontornável questão sobre que tipo de conhecer (e modos de produção do conhecimento) estamos falando se levarmos em conta uma perspectiva pluriepistêmica. Desse modo, uma

participação que inclua o plano epistêmico implicaria uma virada sobre o próprio modo como se compreende o conhecimento que sustenta as elaborações e práticas de pesquisa participativa. Afinal, a concepção de conhecimento, na maioria destas últimas, é dada *a priori* pelo conhecimento científico hegemonicamente estabelecido (ou originário da própria ciência e entremeado de componentes do senso comum), porém finalmente firmado sobre o discurso acadêmico estabelecido. Nessa via fixada a partir do polo dominante de produção de conhecimento, a noção de participação se desdobra em iniciativas que buscam tornar o conhecimento acadêmico (ou nele inspirado) acessível àqueles que, por algumas razões, não puderam ou não quiseram assimilá-lo.

Com base no que vimos percorrendo até aqui, parece que a participação no plano epistêmico ou, mais apropriadamente, pluriépistêmico, necessitaria de outros referenciais ou critérios para ser analisada ou mesmo avaliada. Não se aplicariam aqui os mesmos ditames empregados para abordar a participação cidadã. Ainda que esta seja condição para sua existência, a participação epistêmica parece não se esgotar na primeira. Como afirma Carpentier (2016), a participação requer diferenças entre posições e privilégios entre sujeitos ou coletivos, pois é sobre essas diferenças que deverão incidir diversas formas de enfrentamento visando a sua superação. No caso da disciplina descrita, a participação se deu à medida que detentores de outras formas de conhecer e de correlato conjunto de conhecimentos desestabilizaram o espaço institucional da academia, historicamente designada para alijar a diversidade de saberes presentes nas sociedades latino-americanas por meio dos nativos e daqueles escravizados. Além disso, o encontro entre mestras, mestres e pesquisadores em formação pôde introduzir novos elementos filosófico-conceituais e novas formas de acessar o saber na formação dos estudantes que poderão, potencialmente, ampliar a matriz epistêmica com que produzirão novos conhecimentos, a partir de perspectivas permeáveis a diferentes saberes, para além do olhar hermenêutico-interpretativo. Considerando-se que tais estudantes possam, eventualmente, vir a compor o próprio espaço institucional da

universidade, na condição de pesquisadores e docentes, tem-se a expectativa de que os efeitos da participação possam reverberar de outras formas, criando condições para que o número de novas iniciativas de caráter pluriépistêmico seja ampliado.

O que os dois casos sintetizados têm em comum a nos ensinar é sobre a necessidade de uma virada do próprio eixo de compreensão do que venha a ser as bases do conhecimento e de sua produção, o que implicaria o reconhecimento da diversidade epistemológica e, em decorrência disso, a qualificação do debate e de disputas legítimas por sua efetiva consideração num espaço que se reivindica como único e uniforme, como é o caso dos modos de produção do saber acadêmico na atualidade. Não se trata de flertar com um relativismo niilista que destitua o conhecimento científico de suas especificidades, seus compromissos e importância, mas de considerar a existência de outros modos de produzir conhecimentos igualmente rigorosos, porém calcados em cosmovisões distintas daquelas consolidadas a partir da emergência da ciência moderna. Mais especificamente, estamos nos referindo aos saberes oriundos de matrizes epistemológicas desenvolvidas no seio de povos e comunidades tradicionais afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, entre outros, transmitidos, atualizados e adaptados às questões atuais por meio de várias gerações de mestras e mestres que cumprem a função de guardiões e desenvolvedores desses saberes.

Na experiência envolvendo as QS, a participação epistêmica pode ser compreendida a partir do efeito do encontro entre sujeitos relacionados a matrizes distintas de produção de conhecimento: por um lado, um pesquisador vinculado a uma universidade pública e, por outro, lideranças e outros moradores de uma reserva extrativista que, apoiados em seus distintos conhecimentos, compartilharam elaborações a respeito de uma experiência de enfrentamento à pandemia concebida e executada pelos membros da Resex. Evidentemente, tal iniciativa analítica e a conformação de seu resultado não surgiram de forma espontânea. Por parte do pesquisador foi necessário o apoio conceitual-metodológico do ES, que permitiu maior capacidade de legitimar (e não

domesticar) outros saberes, tornando-o permeável e apto a entender a complexa teia de perspectivas e modos de atuar articuladamente em torno do enorme desafio imposto pela pandemia naquele local específico. Por outro lado, a organização teórico-política, por meio da articulação com a Teia dos Povos, estabeleceu um lugar e nomeou nossa inserção não territorializados (a partir de uma instituição universitária aliada) nessa colaboração, nos designando “Elos da Teia”, considerados fundamentais no apoio à luta por terra e território, mas distinto dos movimentos que integram essa coalizão e que são necessariamente territorializados (Ferreira, Felício, 2021).

Nos dois casos abordados, a participação se deu à medida que se estabeleceram abertura e efetivo espaço institucional e epistêmico para reconhecer o diverso como legítimo e potencialmente enriquecedor dos saberes tradicionalmente desenvolvidos no interior da academia. O que, por meio da utilização de métodos ortodoxos de produção de conhecimentos, correria sério risco de ser segmentado, interpretado e mesmo traduzido à luz de matrizes de conhecimentos definidas *a priori* – com a consequente exclusão do arcabouço intelectual original e que sustentaram as experiências analisadas – acabou tendo um destino diferente dessa redução ao estabelecer meios para a construção de uma interação pluri e interepistêmica.

O que vimos afirmando parece indicar que a participação epistêmica pode ocorrer mais efetivamente não pela garantia de diversidade (que em regra já está aí, sendo onipresente no conjunto de nossa sociedade) ou pela capacidade de influenciar a trajetória de dada investigação (que, ainda que aconteça, será inexoravelmente no rumo e velocidade predefinidos por uma das partes normalmente dos pesquisadores institucionalizados), mas pela instauração de arcabouços teóricos, espaços institucionais e construções políticas que permitam a incorporação e o aprendizado de saberes sistematicamente encobertos e desprezados pelas elites econômicas e intelectuais na América Latina desde o início da colonização do continente pelos europeus. Tanto o caso das QS quanto o da disciplina parecem indicar que a participação na

produção de conhecimento pressupõe, em certa medida, valores caros à participação cidadã, mas agrega a essa última a concepção de um sujeito epistêmico inseparável do sujeito cidadão. O convite à participação para o desenvolvimento colaborativo do conhecimento deve vir acompanhado, do lado dos acadêmicos, de instrumental teórico, posicionamento político e cultivo de capacidade pessoal que garantam efetiva consideração e permeabilidade aos saberes advindos de outras matrizes epistêmicas, por sua vez, calcadas em diferentes cosmovisões. Tanto quanto estabelecer elos interativos entre diferentes, importa à qualidade da participação a ser estabelecida na produção de conhecimento justamente o conhecimento dessa produção.

Conclusão

Desviando de polos antagônicos acerca das concepções ontológicas sobre a prática social, fugindo de um subjetivismo idealista e de um estruturalismo determinista, este artigo buscou articular referencial teórico e experiências práticas em torno de um projeto que busca superar a colonialidade do saber. Entendemos que os casos apresentados, guardadas suas especificidades, são significativos para expor a potencialidade do referencial teórico e metodológico do ES, mostrando como se estabelece a interação de saberes distintos na produção de conhecimentos, em uma perspectiva pluriespistêmica e como essa pode trazer contribuições às formas de conceber e implementar processos participativos. O ES assume aqui a função de caminho para uma mudança ética, política e metodológica para o estabelecimento de pontos de contatos entre os diversos saberes tradicionais e respectivas epistemes, com o conhecimento institucionalizado, em especial aquele produzido no âmbito das universidades e seus agentes. Para o aprofundamento dessa discussão, nos pautamos pelas contribuições que uma participação concebida como epistêmica pode dar à chamada participação cidadã.

Consideramos que o sentido corrente de participação cidadã apresenta limites, pois não somente desconsidera a realidade pluriépistêmica presente no campo das lutas sociais por emancipação no Brasil e na América Latina, como tem sido atingido pelo esgotamento das formas de participação nos marcos da democracia neoliberal. Nesse sentido, muitas iniciativas de participação, na atualidade, têm resvalado na reprodução de assimetrias de poder que fortalecem relações de colonialidade, de forma geral, e de colonialidade do saber, de forma específica. Ao acomodar o sentido de participação, no campo político institucional a partir de uma concepção de igualdade formal e no campo da pesquisa a partir de um projeto político militante comprometido em “desalienar” as massas subalternizadas, algumas práticas sociais que se buscam transformadoras (incluindo certas formas de participação) acabam reforçando constrangimentos sistematicamente impostos aos povos tradicionais, indígenas, afro-brasileiros, quilombolas e demais segmentos da sociedade, alijados desde sempre dos processos de constituição das nações latino-americanas pelas elites. Ao revés, quando consideramos a perspectiva pluriépistêmica aqui referida, entendemos que os povos e comunidades tradicionais detêm formas de se relacionar com (ontologia) e conhecer (epistemologia) o mundo e seus territórios nas quais são gestados saberes desdobrados em ações concretas (sua práxis); residem aí as possibilidades de transformação das condições reais de existência não somente em potência, mas como materialidade histórica e, com isso, a superação histórica da colonialidade, como demonstram os casos aqui percorridos. A participação epistêmica nos parece uma via promissora tanto à compreensão quanto à implementação do encontro entre saberes em nossas universidades, a ensejar novas formas de produção de conhecimento e, com isso, alargar o sentido transformador e emancipatório associado a ideias, ações e práticas participativas.

Referências

- ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*. v. 35, n.4, p. 216-224, 1969.
- BABAU, Cacique. *É a terra que nos organiza*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.
- BARON, Gaëlle; MONNIER, Eric. Une approche pluraliste et participative: coproduire l'évaluation avec la société civile. *Revue informations sociales*. [S.l.] n. 110, p. 34-40, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006, p. 21-54.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Município de Canavieiras-BA [Internet]. 2023. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em 21 abr. 2023.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*. [S.l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.
- CARPENTIER, Nico. Beyond the Ladder of Participation: An Analytical Toolkit for the Critical Analysis of Participatory Media Processes. *Javnost – The Public*. [S.l.], v. 23, n. 1, p. 70-88, 2016.
- CARVALHO, José Jorge de. Notório Saber para os Mestres e Mestras dos Povos e Comunidades Tradicionais: Uma Revolução no Mundo Acadêmico Brasileiro. *Revista da UFMG*. Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 54-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/29103>. Acesso em 15 abr. 2024.
- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes, descolonização e transdisciplinaridade. In: TUGNY, Rosângela Pereira; GONÇALVES, Gustavo (orgs.). *Universidade popular e encontro de saberes*. Salvador/Brasília: Edufba/iesp; 2020, p.13-56.

CARVALHO, José Jorge de. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior de pesquisa. *Cadernos de Inclusão*, n. 8. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*. [S.l.], v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. O Encontro de Saberes nas universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos. *Revista Mundaú*, [S.l.], n.9, p. 23-49, 2020.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.) *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 17-58.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, [S.l.], v. 48, nov. 2018.

COUSINS, J. Bradley; WHITMORE, Elizabeth. Framing participatory evaluation. *New Directions for Evaluation*, [S.l.], n. 80, p. 5-23, 1998.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro, 2004.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Aratoca: Teia dos Povos, 2021.

FURTADO, Juarez Pereira et al. Solidariedade como política: saúde global e democracia. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/solidariedade-como-politica-saude-global-e-democracia/19123>. Acesso em 15 abr. 2024.

FURTADO, Juarez Pereira et al. Incluindo a alteridade negada – uma disciplina baseada no Encontro de Saberes na pós-graduação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 2024b. (Aprovado para publicação.)

FURTADO, Juarez Pereira et al. Participação e avaliação participativa em saúde: reflexões a partir de um caso. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e210283, 2021.

FRICKER, Miranda. *Injustiça epistêmica – o poder e a ética do conhecimento*. Trad. Breno R.G. Santos. São Paulo: Edusp, 2023.

GOMES NETO, José Mario Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino. *Estudos de caso: manual para a pesquisa empírica qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2024.

LAVALLE, Adrián Gurza; VERA, Ernesto Isunza. Representación y participación en la crítica democrática. *Desacatos*, [S/l], n. 49, p. 10-27, 2015.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 33-42.

MIGNOLO Walter D. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s/l], v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

PATAXÓ, Japira (Antônia Braz Santana). *Saberes dos matos pataxó*. Belo Horizonte: Piseagrama, 2022.

PEREIRA, Geusa da Purificação; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco; COSTA, Bianca Aparecida Lima. Mobilização e atuação das populações tradicionais na criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA (Brasil). *Revista Espacios*, [s/l], v. 38, n. 41, 2017.

PETERS, Gabriel. A virada praxiológica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, p. 167-188, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-130.

RIBEIRO, Maria Muniz Andrade (Mayá). *A escola da reconquista*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

Recebido em: 20 de abril de 2024

Aceito em: 15 de julho de 2024